



EDITAL CONCORRÊNCIA - ELETRÔNICA

Lei 14.133/2021, Art. 28, II



Nº DA LICIT./DISP./INEX.

90012/2026 - CE

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO

2026.01.14.03

OBJETO / ÓRGÃO(S) / ESTIMATIVA / SESSÃO



Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia civil e elétrica, destinados à fiscalização, monitoramento e acompanhamento de obras públicas municipais, com atuação contínua e integrada junto às Secretarias de Infraestrutura e Recursos Hídricos e de Educação do Município de São Benedito/CE

Órgão(s) participante(s): Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Recursos Hídricos

VALOR ESTIMADO









R\$740.817,72

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

16/06/2026 às 10:00 h.

INFORMAÇÕES DO CERTAME



	Critério de Julgamento:	Menor Preço
	Modo de Disputa:	Aberto
	Forma de julgamento:	Grupo Único
	Intervalo mínimo de lances:	10,00
	Link do Sistema Eletrônico:	https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginportal.asp
	Registro de Preços?	Não
	Lei 123 - Exclusivo ME/EPP?	Não
	Preço Sigiloso?	Não

CONTATO E INFORMAÇÕES



Tel.: (88) 3626-1347



E-mail: cplsaobenedito@gmail.com



Endereço: Rua Paulo Marques, 378, Centro - CEP: 62370000 - São Benedito - CE



MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO - SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS HÍDRICOS E DE EDUCAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 90012/2026-CE
(PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2026.02.03.04)

Torna-se público que o(a) MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE, por meio da SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS HÍDRICOS E DE EDUCAÇÃO, sediado(a) à Rua Paulo Marques, 378, Centro, CEP: 62.370-000, São Benedito/CE, realizará licitação no **Dia 16/06/2026 às 10h (horário de Brasília)**, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 54, de 27 de Dezembro de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é o(a) Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia civil e elétrica, destinados à fiscalização, monitoramento e acompanhamento de obras públicas municipais, com atuação contínua e integrada junto às Secretarias de Infraestrutura e Recursos Hídricos e de Educação do Município de São Benedito/CE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será realizada em grupo único, formado por 02 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.2. O Critério de Julgamento será o MENOR PREÇO POR GRUPO.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e



2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não?" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 a 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Quantidade cotada.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, inclusive reequilíbrio econômico-financeiro, sob alegação de erro, omissão ou inadequada formação de preços.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.5.2. A Administração poderá, a qualquer tempo, exigir a comprovação dos percentuais adotados.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, não será admitida a utilização do regime de tributação pelo Simples Nacional para fins de elaboração da proposta de preços, tendo em vista que os serviços envolvem a disponibilização de trabalhadores com dedicação exclusiva de mão de obra, caracterizando cessão de mão de obra, nos termos do art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006.

5.7.1. A vedação não impede a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no certame, desde que, para fins de formação de preços, adotem regime tributário compatível com a natureza da contratação.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes deverão observar a compatibilidade dos preços ofertados com os valores estimados pela Administração e com os preços praticados no mercado, sob pena de desclassificação por inexecutabilidade ou sobrepreço;

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.12. Os custos mínimos relevantes e demais informações encontram-se definidos na Planilha de Formação de Preços anexa.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente/Comissão de Contratação e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. O modo de disputa adotado para o envio de lances na licitação será o aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente/Comissão de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores ou ordem decrescente de percentuais de descontos.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou maior desconto registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Agente/Comissão de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente/Comissão de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente/Comissão de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance no caso de julgamento por menor preço ou na faixa de até 10% (dez por cento) abaixo da melhor proposta ou melhor lance no caso de julgamento por maior desconto serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ou desconto superior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas neste Edital;
- 6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.19.2.2. empresas brasileiras;
- 6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente/Comissão de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do percentual de desconto mínimo definido pela Administração.
- 6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.20.4. O Agente/Comissão de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.20.5. É facultado ao Agente/Comissão de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.21. Após a negociação do preço, o Agente/Comissão de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente/Comissão de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e



- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429/1992.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente/Comissão de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas.
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Verificadas as condições de participação, o Agente/Comissão de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à:
- 7.4.1. adequação ao objeto;
- 7.4.2. compatibilidade do preço com o valor estimado pela Administração;
- 7.4.3. exequibilidade da proposta;
- 7.4.4. conformidade com as exigências do edital e seus anexos.
- 7.5. A análise da proposta compreenderá a verificação da planilha de custos e formação de preços, observando-se:
- 7.5.1. a compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado;
- 7.5.2. a coerência entre os custos apresentados e a execução do objeto;
- 7.5.3. a consistência dos encargos sociais, tributos e despesas indiretas;
- 7.5.4. a viabilidade econômica da execução nas condições ofertadas;
- 7.5.5. a adequação do regime de contratação da mão de obra à natureza do serviço.
- 7.6. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, e com o objetivo de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que, para fins de elaboração do orçamento estimado da contratação, foram adotados como referência os seguintes instrumentos:
- 7.6.1. Salário Mínimo do ano de 2026;
- 7.6.2. Lei nº 4.950-A/66 - Seinfra 28.
- 7.6.3. Para fins de composição do valor estimado, foram considerados, no mínimo:
- I - piso salarial da categoria profissional aplicável;
- II - encargos sociais e trabalhistas pertinentes;
- 7.7. Se for o caso, a licitante deverá indicar expressamente, em sua proposta, o acordo, convenção ou dissídio coletivo adotado, bem como seu enquadramento sindical, acompanhados de justificativa técnica e jurídica, quando solicitado pela Administração.
- 7.8. Ao longo da execução contratual, será exigido o cumprimento integral dos instrumentos coletivos adotados pela contratada, observados os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.
- 7.8.1. A adoção de instrumento coletivo incompatível com a atividade econômica da licitante ou com a natureza do objeto poderá ensejar a desclassificação da proposta por inexecuibilidade.
- 7.8.2. A contratada será integralmente responsável pelos ônus decorrentes de eventual enquadramento sindical incorreto, não sendo admitida revisão contratual por erro na escolha do instrumento coletivo.
- 7.9. Será desclassificada a proposta que:
- 7.9.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;
- 7.9.3. apresentar preços inexecuíveis ou permanecerem acima do preço máximo estimado para a contratação;
- 7.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;
- 7.9.6. apresentar indícios de manipulação da planilha de custos, caracterizada por:
- 7.9.6.1. subavaliação de itens essenciais à execução do objeto;
- 7.9.6.2. atribuição de valores irrisórios, simbólicos ou zerados a componentes relevantes;
- 7.9.6.3. compensação artificial de valores entre itens;
- 7.9.6.4. estrutura de custos incompatível com a execução regular dos serviços.
- 7.10. Consideram-se, em caráter inicial, potencialmente inexecuíveis as propostas que:
- 7.10.1. apresentarem valor inferior a 75% do valor estimado pela Administração;
- 7.10.2. apresentarem custos incompatíveis com os parâmetros mínimos de execução.
- 7.10.3. A inexecuibilidade somente será declarada após diligência que comprove:
- 7.10.3.1. que o custo do licitante é superior ao valor ofertado;
- 7.10.3.2. a inexistência de condições que justifiquem economicamente a proposta.
- 7.11. A adoção de regime diverso do celetista não poderá comprometer a execução contínua, a qualidade dos serviços nem configurar fraude à legislação trabalhista.
- 7.12. A não comprovação dos requisitos acima poderá ensejar a desclassificação da proposta por inexecuibilidade.
- 7.13. Havendo indícios de inexecuibilidade ou necessidade de esclarecimentos, poderão ser realizadas diligências para que a licitante comprove a viabilidade da proposta.
- 7.14. O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar planilha de custos e formação de preços detalhada.
- 7.14.1. A planilha deverá detalhar todos os custos diretos e indiretos, encargos sociais, tributos e despesas.
- 7.14.2. A planilha apresentada vinculará a execução contratual, não sendo admitida alteração posterior sem previsão legal.
- 7.15. Erros formais na planilha poderão ser corrigidos, desde que:
- 7.15.1. não haja majoração do preço;
- 7.15.2. não haja alteração da substância da proposta;



- 7.15.3. reste demonstrada a viabilidade da execução.
- 7.16. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar, juntamente com a planilha de custos e formação de preços, se for o caso, os seguintes documentos:
- 7.16.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo de trabalho utilizado na proposta;
- 7.16.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato ao qual se encontra vinculado;
- 7.16.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado na elaboração da planilha de custos;
- 7.16.4. declaração de responsabilidade quanto ao enquadramento sindical adotado, inclusive em caso de erro ou utilização indevida de instrumento coletivo incompatível, sujeitando-se às sanções cabíveis.
- 7.17. O agente de contratação/comissão de contratação verificará a observância dos custos mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, especialmente quanto à mão de obra e encargos sociais.
- 7.18. O agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação.
- 7.19. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.
- 7.20. Para análise da proposta, poderá ser solicitada manifestação do setor requisitante ou da área técnica especializada.
- 7.21. O Agente/Comissão de Contratação poderá suspender a sessão para análise detalhada, reiniciando-a após comunicação aos licitantes.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos a seguir, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

Habilitação jurídica

- 8.2. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 8.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.10. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 8.11. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



- 8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.19. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.20. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- 8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.23.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.23.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 8.23.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.23.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 8.24. A licitante deverá apresentar profissionais devidamente registrados no conselho profissional competente (CREA ou CAU) (Engenheiro Júnior (Civil e/ou Arquiteto), Engenheiro Pleno (Civil e/ou Arquiteto), Engenheiro Júnior (Eletricista)), detentores de certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente por execução de serviços devidamente compatíveis com o objeto da licitação conforme parcelas de relevância.
- 8.24.1. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.25. A licitante deverá comprovar capacidade técnico-operacional mediante a apresentação de certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente que comprovem a execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, conforme parcelas de relevância.
- 8.26. Para fins de comprovação da capacidade técnica, serão considerados como parcelas de maior relevância:
- I - fiscalização, supervisão ou acompanhamento de obras de engenharia civil;
- II - fiscalização ou acompanhamento de execução de serviços de engenharia;
- III - elaboração de relatórios técnicos, medições e controle de execução de obras;
- IV - acompanhamento físico-financeiro de obras ou serviços de engenharia;
- 8.27. A licitante deverá indicar a equipe técnica responsável pela execução dos serviços, com a qualificação de cada profissional, contendo no mínimo:
- Engenheiro Júnior (Civil e/ou Arquiteto);
 - Engenheiro Pleno (Civil e/ou Arquiteto);
 - Engenheiro Júnior (Eletricista).
- 8.28. Registro ou inscrição na entidade profissional competente: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da sede da licitante.
- 8.29. Os profissionais indicados pelo licitante deverão apresentar Declaração de Concordância com a inclusão de seu nome na equipe técnica e de disponibilidade para a execução do objeto da presente licitação.
- 8.30. Os profissionais indicados pelo licitante que não tenham vínculo com o licitante no momento de apresentação da habilitação, deverão apresentar Declaração de compromisso de contratação futura, no caso do licitante ser declarado vencedor.
- 8.31. Os profissionais indicados pelo licitante quando da assinatura do contrato e durante a execução dos serviços licitados, deverão estar vinculados à empresa licitante por meio de contratos de prestação de serviços, celebrados de acordo com a legislação civil comum, ou que tenham vínculo trabalhista ou societário, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- 8.32. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:
- 8.32.1. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para



contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

8.32.2. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

8.32.3. Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

8.33. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.33.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Para a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.34. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.34.1. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.34.2. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.34.3. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.34.4. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.34.5. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.35. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

8.36. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.37. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.38. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Participação de consórcio de empresas

8.39. Para a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica exigida será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.39.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.40. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração.

8.41. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral no SICAF, conforme disposto no § 1º do art. 94 do Decreto Municipal nº 54, de 27 de Dezembro de 2023, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

Declarações

8.42. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.43. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.44. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.45. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.45.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.46. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).



- 8.46.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 8.47. A verificação pelo Agente/Comissão de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.47.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas úteis, contado da solicitação do Agente/Comissão de Contratação.
- 8.47.2. É facultado ao Agente/Comissão de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.48. Forma de envio e pertinência da documentação de habilitação.
- 8.48.1. A licitante deverá encaminhar, exclusivamente via sistema, apenas a documentação estritamente necessária ao atendimento das exigências de habilitação previstas neste edital e na Lei nº 14.133/2021, abstendo-se de anexar documentos impertinentes ou redundantes, em observância aos princípios da celeridade e do julgamento objetivo.
- 8.48.2. Para fins de padronização e foco, a documentação de habilitação restringe-se às categorias jurídica, técnica, fiscal/social/trabalhista e econômico-financeira, nos termos dos arts. 66 a 69 da Lei nº 14.133/2021; documentos fora desse rol não serão considerados para análise.
- 8.48.3. Os documentos relativos à qualificação técnica destinados à comprovação do atendimento aos itens de relevância deverão, preferencialmente, estar devidamente destacados (grifados), a fim de facilitar a conferência.
- 8.48.4. Fica vedado o envio de atestados que não contemplem as parcelas de maior relevância, uma vez que tais documentos não serão objeto de análise, podendo, inclusive, ser interpretados pelo Agente de Contratação/Comissão de Contratação como descumprimento da cláusula editalícia.
- 8.48.5. Descumprida a orientação do caput (envio desorganizado, com peças desnecessárias ou ausência de peças exigidas), o Agente de Contratação/Comissão de Contratação poderá, de forma fundamentada, determinar o reenvio/organização correta da documentação.
- 8.49. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.50. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 8.50.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.50.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.51. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente/Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.52. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente/Comissão de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 8.53. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.54. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 8.55. Quando a fase de habilitação já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será de 15 (quinze) minutos.
- 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.gov.br/compras.

10. DA CONTRATAÇÃO



- 10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato.
- 10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 10.3. Não será exigida garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, o modelo de contratação adotado e os mecanismos de controle de exequibilidade previstos neste edital, os quais se mostram suficientes para resguardar a adequada execução contratual.
- 10.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.
- 10.5. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 10.6. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos;
- 10.7. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 10.8. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência / Projeto Básico / Minuta de Contrato.
- 10.9. O prazo de início dos serviços é de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da ordem de serviços emitida pelo setor competente, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções e penalidades estipuladas no contrato e legislação pertinente.
- 10.10. O prazo previsto neste item poderá ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, quando solicitado pela CONTRATADA, durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela CONTRATANTE e que não prejudique o interesse público. Caso os serviços não se iniciem no prazo acima, a Administração tomará as providências cabíveis, com a rescisão contratual e aplicação das sanções e penalidades estipuladas no contrato e legislação pertinente.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente/Comissão de Contratação durante o certame;
- 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 11.1.5. fraudar a licitação
- 11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 11.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 11.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 11.2.1. advertência;
- 11.2.2. multa;
- 11.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas



relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial (www.gov.br/compras) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: cplsaobenedito@gmail.com.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente/Comissão de Contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. Após a homologação da licitação, será firmado o Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

13.5.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.5.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), endereço eletrônico www.gov.br/compras e site oficial do município: www.saobenedito.ce.gov.br.

13.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

* ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO; * Apêndice do Anexo I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR; * ANEXO II -



MINUTA DE TERMO DE CONTRATO.

São Benedito/CE, 05 de maio de 2026.

LUCIA DE FATIMA
GONCALVES DE
PAULA:12115002334

Assinado digitalmente por LUCIA DE FATIMA
GONCALVES DE PAULA:12115002334
DN: cn=LUCIA DE FATIMA GONCALVES DE
PAULA:12115002334, o=ICP-Brasil, ou=AC
SyngularID Multipla
email=l.g.paula@hotmail.com
Data: 2026.05.05 16:57:00 -03'00'

Lucia de Fátima Gonçalves de Paula
Secretária Municipal de Educação
Portaria: 009/2025

ARIDSON DE
MESQUITA
ARAGAO:02793380318

Assinado digitalmente por ARIDSON DE
MESQUITA ARAGAO:02793380318
DN: cn=ARIDSON DE MESQUITA
ARAGAO:02793380318, o=ICP-Brasil,
ou=AC SyngularID Multipla,
email=aridson_aragao@hotmail.com
Data: 2026.05.05 16:57:38 -03'00'

Aridson de Mesquita Aragão
Secretário de Infraestrutura e Recursos
HídricosPortaria: 014/2025

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.01.14.03

1 - Informações Básicas

MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS HÍDRICOS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia civil e elétrica, destinados à fiscalização, monitoramento e acompanhamento de obras públicas municipais, com atuação contínua e integrada junto às Secretarias de Infraestrutura e Recursos Hídricos e de Educação do Município de São Benedito/CE, conforme especificações do Termo de Referência e seu(s) anexo(s), e demais condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços especiais de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que possuem certa heterogeneidade ou complexidade.

1.3. Os serviços envolvem atividades técnicas na área de engenharia civil e elétrica, tais como fiscalização, monitoramento e acompanhamento de obras, essas atividades são executadas por empresas do setor, exigindo conhecimento técnico para o desenvolvimento de soluções ou inovação tecnológica.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contado da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista ser um serviço contínuo.

1.5. No caso de prorrogação do prazo de vigência da contratação, atendidas as condições previstas nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, as quantidades contratadas serão renovadas para o novo período de vigência.

1.6. Neste sentido, se a contratada está cumprindo com suas obrigações e o preço contratado se mantém vantajoso, a prorrogação do prazo de vigência da contratação com a renovação das quantidades, pode acarretar benefícios significativos à Administração, dentre eles, citamos:

- * Economia processual, tendo em vista a desnecessidade de abrir novo processo administrativo de contratação;
- * Redução potencial dos preços unitários, diante dos efeitos da economia de escala;
- * Mitigação do risco de licitar novamente e contratar uma empresa que não cumpra as obrigações, gerando prejuízos à Administração.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. JUSTIFICATIVA - ELABORAÇÃO DO PCA - 2025: O Município de São Benedito, seguindo as exigências dos artigos 12, inciso VII, e 18 da Lei nº 14.133/2021, elaborou o Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2025, com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Adicionalmente, os Documentos de Formalização da Demanda (DFD's) nº 197/2025 e 638/2025, foram preparados em conformidade com a legislação vigente, garantindo transparência e eficiência nas contratações públicas

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os Requisitos da Contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Sustentabilidade:

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. **2026.01.14.03**

Da exigência de amostra / prova de conceito

4.3. Não haverá necessidade de apresentação de amostra, tendo em vista a natureza do objeto.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Escopo dos Serviços

5.1. Os serviços objeto do presente Termo, sob responsabilidade das secretarias solicitantes, consistem na estruturação a seguir:

Gerenciamento de Obras

5.2. Planejamento de obras: Elaboração de cronograma físico-financeiro, definição de recursos humanos e materiais necessários.

5.3. Controle de qualidade: Monitoramento contínuo da qualidade dos materiais e serviços prestados, conforme as especificações do projeto.

5.4. Gestão de riscos: Identificação de possíveis riscos e adoção de medidas preventivas.

5.5. Gestão financeira: Acompanhamento do orçamento, controle de custos e previsão de desembolsos.

Supervisão e Fiscalização de Obras

5.6. Fiscalização da execução: Acompanhamento diário da obra para garantir que os serviços sejam realizados conforme o projeto e as especificações.

5.7. Controle de conformidade: Verificação de conformidade dos materiais, prazos e qualidade da execução.

5.8. Relatórios periódicos: Elaboração de relatórios de progresso e desempenho das obras, informando à Contratante sobre o andamento, cronograma e eventuais desvios.

5.9. Garantia de cumprimento de normas de segurança: Acompanhamento do cumprimento das normas de segurança no trabalho e nas condições do ambiente de obra.

Acompanhamento de Obras

5.10. Visitas regulares: Acompanhamento contínuo, com visitas técnicas e reuniões periódicas de alinhamento com o Município e Contratados.

5.11. Comunicação constante com o Município: Manutenção de canais de comunicação diretos para garantir que o Contratante seja constantemente informado sobre o progresso e dificuldades encontradas.

5.12. Ajustes de cronograma e orçamento: Ajustes necessários no cronograma e no orçamento conforme evolução da obra e imprevistos.

5.13. Documentação de progresso: Organização e entrega de toda a documentação necessária, incluindo fotos, relatórios e atas de reunião.

5.14. Alimentação de informações de sistema (ex.: SIMEC, SISMOB, PAC, PAR) junto aos órgãos convenientes (Estadual ou Federal).

Entrega da Obra

5.15. Vistoria final: Inspeção final para verificação da conformidade da obra ou serviços de engenharia com os termos contratuais e projetos executivos.

5.16. Elaboração de relatório final: Relatório técnico conclusivo sobre a execução da obra, apontando o cumprimento dos requisitos.

5.17. Documentação de entrega: Entrega de todos os documentos necessários, incluindo plantas atualizadas e manual de operação

TR nº. 2026.01.14.03

Relatório emitido por: GoverLance

Página 2 de 8

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. **2026.01.14.03**

(se aplicável).

5.18. Garantias: Acompanhamento pós-obra para garantir a execução das manutenções e correções durante o período de garantia.

Outros Serviços Específicos

5.19. Apoio na execução de laudos técnicos: Quando necessário, elaboração de laudos técnicos para garantir a qualidade e a segurança das obras.

Prazo de Execução dos Serviços

5.20. O prazo de início dos serviços é de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da requisição formalizada por setor competente, na totalidade da requisição. O prazo previsto neste item poderá ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, quando solicitado pela CONTRATADA, durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela CONTRATANTE e que não prejudique o interesse público.

5.21. O prazo de execução dos serviços é de 12 meses, prorrogável conforme a Lei 14.133/2021.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. O FISCAL de contrato é servidor designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, através de portaria anexa aos autos do processo administrativo da presente contratação, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços e execução do objeto do contrato, conforme atribuições especificadas nos Arts. 156 e 157 do Decreto Municipal nº 54/2023.

Gestor do Contrato

6.9. O GESTOR de contrato é servidor designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, através de portaria anexa aos autos do processo administrativo da presente contratação, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, conforme atribuições especificadas no Art. 155 do Decreto Municipal nº 54/2023.

6.10. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.11. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.12. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. **2026.01.14.03**

responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A Nota Fiscal Eletrônica relativa aos serviços efetivamente executados deverá ser apresentada à Secretaria Contratante, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços, para fins de conferência e atestação da execução dos serviços.

7.2. A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser apresentada juntamente com o relatório dos serviços efetivamente executados no período de cada mês civil, devidamente atestado pelo Fiscal de Contratos.

7.3. Caso a medição seja aprovada pela Secretaria Contratante, o pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia após o protocolo da Nota Fiscal Eletrônica pelo(a) CONTRATADO(A), junto ao setor competente do Município de São Benedito/CE.

7.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal Eletrônica ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.5. As medições dos serviços serão realizadas mensalmente, conforme prestação dos serviços solicitados pelo município de São Benedito/CE, devidamente atestados pelo fiscal do contrato, observadas as condições da proposta e os preços contratados.

7.6. A avaliação da execução do objeto será realizada pelo Fiscal do Contrato, que atestará se os serviços foram prestados de maneira satisfatória atingindo os níveis esperados de qualidade e objetivos da contratação ou se foram verificadas irregularidades.

7.7. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.7.1.1. não produziu os resultados acordados,

7.7.1.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.7.1.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.8. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(s) fiscal(is) do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021](#) e Arts. 156 e 157 do Decreto Municipal nº 54/2023).

7.9. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.10. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.11. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.12. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.13. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.13.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.13.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.13.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.01.14.03

pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.13.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

7.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.20. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.21.1. o prazo de validade;

7.21.2. a data da emissão;

7.21.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.21.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.21.5. o valor a pagar; e

7.21.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.01.14.03

7.23. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.31. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.33.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.34. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO.

Regime de execução

8.2. A execução do contrato será indireta, através do regime: Empreitada por preço unitário.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação não possuirá caráter sigiloso, sendo disponibilizado integralmente no instrumento convocatório, em observância aos princípios da transparência, publicidade e controle social, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

9.2. A divulgação do orçamento estimado visa assegurar maior clareza quanto aos parâmetros adotados pela Administração,

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. **2026.01.14.03**

permitindo que os licitantes elaborem propostas mais consistentes e compatíveis com a realidade da contratação, especialmente considerando a complexidade da composição de custos envolvendo mão de obra especializada.

9.3. A opção pela não adoção do sigilo do orçamento também se justifica pela necessidade de conferir maior segurança jurídica ao certame, reduzindo o risco de propostas inexequíveis e facilitando a análise da compatibilidade dos preços ofertados, sobretudo em contratações que envolvem planilhas de custos e formação de preços.

9.4. Ressalta-se que a ampla divulgação dos valores estimados não compromete a competitividade do certame, uma vez que o edital estabelece critérios rigorosos de julgamento, análise de exequibilidade e vedação ao "jogo de planilha", assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

9.5. Ademais, a transparência na divulgação do orçamento estimado contribui para o fortalecimento do controle interno e externo, bem como para a fiscalização pelos órgãos de controle e pela sociedade, garantindo maior confiabilidade e legitimidade ao processo licitatório.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de São Benedito.

A contratação será atendida pela(s) seguinte(s) dotação(ões):

Exercício Financeiro: 2026; 17 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Recursos Hídricos; 01 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Recursos Hídricos; Funcional Programática: 04.122.0712.2.105 - Gerenciamento e Manutenção da Sec. de Infraestrutura e Recursos Hídricos; Classificação da Despesa Orçamentária ? Elemento da Despesa: 33903500; Subelemento: 3390360006 - Serviços técnicos profissionais - Origem dos Recursos.

Exercício Financeiro: 2026; 07 - Secretaria Municipal de Educação; 01 - Fundo Municipal de Educação; Funcional Programática: 12.122.0712.2.066 - Gerenciamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Educação; Classificação da Despesa Orçamentária - Elemento da Despesa: 33903900; Subelemento: 3390360006 - Serviços técnicos profissionais - Origem dos Recursos Orçamentários: 1500100100 - Receita de imposto e transf. Educação.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São Benedito/CE, 14 de abril de 2026.

LUCIA DE FATIMA
GONCALVES DE
PAULA:12115002334

Assinado digitalmente por LUCIA DE FATIMA
GONCALVES DE PAULA:12115002334
DN: cn=LUCIA DE FATIMA GONCALVES DE
PAULA:12115002334, o=ICP-Brasil, ou=AC
SyngularID Multipla,
email=l.g.paula@hotmail.com
Data: 2026.04.14 14:14:19 -03'00'

Secretaria Municipal de Educação
Lucia de Fátima Gonçalves de Paula
Secretária Municipal de Educação
Portaria: 009/2025

ARIDSON DE
MESQUITA
ARAGAO:02793380318

Assinado digitalmente por ARIDSON DE
MESQUITA ARAGAO:02793380318
DN: cn=ARIDSON DE MESQUITA
ARAGAO:02793380318, o=ICP-Brasil,
ou=AC SyngularID Multipla,
email=aridson_aragao@hotmail.com
Data: 2026.04.14 14:14:46 -03'00'

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Recursos Hídricos
Aridson de Mesquita Aragão
Secretário de Infraestrutura e Recursos Hídricos
Portaria: 014/2025



Termo de Referência



Processo Administrativo do TR nº. 2026.01.14.03

ANEXO I - ITEM(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA

Nº. Seq	Catmat/CatServ	Quant.	Un. Fornecimento	Preço Un. R\$	Preço Total R\$
Grupo: G-001		Total de Itens: 0			
00001	318 - 1341	12,00	Mês	R\$20.578,27	R\$246.939,24
Descrição Detalhada: 1341 - Serviços técnicos profissionais na área de engenharia civil e elétrica para fiscalização e monitoramento de obras de interesse da secretaria de educação (especificação própria)..					
00002	306 - 5606	12,00	Mês	R\$41.156,54	R\$493.878,48
Descrição Detalhada: 5606 - Serviços técnicos profissionais na área de engenharia civil e elétrica para fiscalização e monitoramento de obras de interesse da secretaria de infraestrutura e recursos hídricos; (especificação própria)..					
Valor Subtotal do Grupo R\$					R\$740.817,72
Valor Total de Referência R\$					R\$740.817,72

Anexo III - Planilhas de Custos do Orçamento de Referência

PROPOSTA FINANCEIRA DO PROJETO										CODIGO: PFP-SB	
 MUNICIPIO DE SÃO BENEDITO										 MUNICIPIO DE SÃO BENEDITO	
PROJETO:			CONTRATANTE:				BASE: JANEIRO/2026		SALÁRIO MÍNIMO 2026: R\$ 1.621,00 - Lei 4.950-A/66 - SEINFRA 28		
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL E ELÉTRICA PARA FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DE OBRAS DE INTERESSE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS HÍDRICOS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO CE.			PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO-CE								
Base	Cod2	Código	Categoria / Insumo	Uni	Qde	CUD	PU	FatorK	CT	PT	
Lei 4.950-A/66	M01	P1	Engenheiro Júnior (Civil e/ou Arquiteto)	mês	12,00	9.726,00	20.578,27	2,1158	116.712,00	246.939,25	
Lei 4.950-A/66	M01	P2	Engenheiro Pleno (Civil e/ou Arquiteto)	mês	12,00	9.726,00	20.578,27	2,1158	116.712,00	246.939,25	
Lei 4.950-A/66	M01	P3	Engenheiro Junior (Eletricista)	mês	12,00	9.726,00	20.578,27	2,1158	116.712,00	246.939,25	
TOTAL DOS CUSTOS DIRETOS										R\$ 350.136,00	
TOTAL DOS ENCARGOS E DESPESAS DIVERSAS										R\$ 390.681,75	
TOTAL DA PROPOSTA A PREÇO GLOBAL										R\$ 740.817,75	
TOTAL DA PROPOSTA										R\$ 740.817,75	
OBSERVAÇÃO:										R\$ 61.734,81	
<p>* Especificação: MÍNIMO 30 HORAS SEMANAIS - 06 Salários Mínimos - Conforme disposições da Lei 4.950-A/66</p> <p>Alocar os Insumos M0, com respectivo FatorK, dentro da categoria de vínculo contratual (celetista, autônomo, societário)</p> <p>Uni - unidade de medição do insumo;</p> <p>Qde - Quantidade do Insumo (não pode ocorrer alteração pela Licitante)</p> <p>CUD - Custo Unitário Direto do Insumo (sem encargos, taxas e impostos, valor não pode ser maior que o Orçado pela Administração) - Salário Mínimo 2026 - R\$ 1.621,00</p> <p>CT - Custo Total (sem encargos, taxas e impostos) - CT = Qde x CUD</p> <p>FatorK - Taxa de Ressarcimento de Despesas e Encargos (detalhar composição nas Planilhas "PPP2.1", "PPP2.2", "PPP3")</p> <p>PU - Preço Unitário do Insumo (incluindo encargos, taxas e impostos) - PU = CUD x FatorK</p> <p>PT - Preço Total do Insumo (incluindo encargos, taxas e impostos) - PT = Qde x PU</p> <p>P - Profissionais nível superior nas áreas de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, conforme disposições da Lei 4.950-A/66</p> <p>S - Profissionais de nível superior nas demais áreas de atuação, incluindo Arqueólogo, Biólogo, Geógrafo e Sociólogo</p> <p>T - Profissionais de nível médio técnico nas diversas áreas de atuação</p> <p>A - Profissionais de nível médio de apoio técnico-administrativo</p>											

DETALHAMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS: Ka			CODIGO: PFP-SB-2.1
			
PROJETO:	CONTRATANTE:	BASE: JANEIRO/2026	
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL E ELÉTRICA PARA FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DE OBRAS DE INTERESSE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS HÍDRICOS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO CE.	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO-CE	SALÁRIO MINIMO 2026: R\$ 1.621,00 - Lei 4.950-A/66 - SEINFRA 28	
Cod	DESCRIÇÃO	%	RS
A	ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	36,80%	128.850,05
A1	INSS	20,00%	70.027,20
A2	SESI	1,50%	5.252,04
A3	SENAI	1,00%	3.501,36
A4	INCRA	0,20%	700,27
A5	SEBRAE	0,60%	2.100,82
A6	Salário Educação	2,50%	8.753,40
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	10.504,08
A8	FGTS	8,00%	28.010,88
A9	SECONCI	0,00%	0,00
B	ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"	19,04%	66.665,89
B3	Auxílio Enfermidade	0,66%	2.310,90
B4	13º Salário	8,33%	29.166,33
B5	Licença Paternidade	0,05%	175,07
B6	Faltas Justificadas	0,56%	1.960,76
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,08%	280,11
B9	Férias Gozadas	9,33%	32.667,69
B10	Salário Maternidade	0,03%	105,04
C	ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"	8,09%	28.326,00
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,17%	14.600,67
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,10%	350,14
C3	Férias Indenizadas	1,30%	4.551,77
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,17%	7.597,95
C5	Indenização Adicional	0,35%	1.225,48
D	REINCIDÊNCIAS	7,38%	25.840,04
D1	Reincidência de "A" sobre "B"	7,01%	24.544,53
D2	Reincidência de "A" sobre Aviso Prévio Trabalhado e reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,37%	1.295,50
K1a	ENCARGOS SOCIAIS	71,31%	249.681,98
Ka	TAXA DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS E ENCARGOS SOBRE MO1	2,1158	
OBSERVAÇÃO: CELETISTAS E EQUIVALENTES			
1 - DISCRIMINAR OS ENCARGOS SOCIAIS COM SEUS RESPECTIVOS PERCENTUAS TOTALIZANDO OS MESMOS.			
2 - APLICAR O % TOTAL P/ CALCULAR OS E. SOCIAIS INCIDENTES NA MÃO-DE-OBRA CELETISTAS			
Ka - Taxa de Ressarcimento de Despesas e Encargos sobre a Mão de Obra CELETISTA (incide apenas no Insumo Código MO1)			
Ka = (1 + K1 + K2) x (1 + K3) x (1 + K4)			

DETALHAMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS: Kb

CODIGO:

PFP-SB--2.2

MUNICIPIO DE SÃO BENEDITO



PROJETO:

SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL E ELÉTRICA PARA FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DE OBRAS DE INTERESSE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS HÍDRICOS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO CE.

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO-CE

BASE: JANEIRO/2026

SALÁRIO MÍNIMO 2026: R\$ 1.621,00 - Lei 4.950-A/66 - SEINFRA 28

Cod	DESCRIÇÃO	%	R\$
A	ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	20,00%	0,00
A1	INSS	20,00%	0,00
A2	SESI	0,00%	0,00
A3	SENAI	0,00%	0,00
A4	INCRA	0,00%	0,00
A5	SEBRAE	0,00%	0,00
A6	Salário Educação	0,00%	0,00
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	0,00%	0,00
A8	FGTS	0,00%	0,00
B	ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"	0,00%	0,00
B3	Auxílio Enfermidade	0,00%	0,00
B4	13º Salário	0,00%	0,00
B5	Licença Paternidade	0,00%	0,00
B6	Faltas Justificadas	0,00%	0,00
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,00%	0,00
B9	Férias Gozadas	0,00%	0,00
B10	Salário Maternidade	0,00%	0,00
C	ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"	0,00%	0,00
C1	Aviso Prévio Indenizado	0,00%	0,00
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	0,00
C3	Férias Indenizadas	0,00%	0,00
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	0,00%	0,00
C5	Indenização Adicional	0,00%	0,00
D	REINCIDÊNCIAS	0,00%	0,00
D1	Reincidência de "A" sobre "B"	0,00%	0,00
D2	Reincidência de "A" sobre Aviso Prévio Trabalhado e reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,00%	0,00
K1b	ENCARGOS SOCIAIS	20,00%	0,00
Kb	TAXA DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS E ENCARGOS SOBRE MO2	1,507	

OBSERVAÇÃO: AUTÔNOMOS E EQUIVALENTES

1 - DISCRIMINAR OS ENCARGOS SOCIAIS COM SEUS RESPECTIVOS PERCENTUAIS TOTALIZANDO OS MESMOS.

2 - APLICAR O % TOTAL P/ CALCULAR OS E. SOCIAIS INCIDENTES NA MÃO-DE-OBRA AUTÔNOMOS

Kb - Taxa de Ressarcimento de Despesas e Encargos sobre a Mão de Obra AUTÔNOMA (incide apenas no Insumo Código MO2)

$Kb = (1 + K1 + K2) \times (1 + K3) \times (1 + K4)$

DETALHAMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS: Kc

CODIGO:

PPF-SB-2.3

MUNICIPIO DE SÃO BENEDITO



PROJETO:

SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL E ELÉTRICA PARA FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DE OBRAS DE INTERESSE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS HÍDRICOS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO CE.

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO-CE

BASE: JANEIRO/2026

SALÁRIO MÍNIMO 2026: R\$ 1.621,00 - Lei 4.950-A/66 - SEINFRA 28

Cod	DESCRIÇÃO	%	R\$
A	ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	0,00%	0,00
A1	INSS	0,00%	0,00
A2	SESI	0,00%	0,00
A3	SENAI	0,00%	0,00
A4	INCRA	0,00%	0,00
A5	SEBRAE	0,00%	0,00
A6	Salário Educação	0,00%	0,00
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	0,00%	0,00
A8	FGTS	0,00%	0,00
B	ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"	0,00%	0,00
B3	Auxílio Enfermidade	0,00%	0,00
B4	13º Salário	0,00%	0,00
B5	Licença Paternidade	0,00%	0,00
B6	Faltas Justificadas	0,00%	0,00
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,00%	0,00
B9	Férias Gozadas	0,00%	0,00
B10	Salário Maternidade	0,00%	0,00
C	ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"	0,00%	0,00
C1	Aviso Prévio Indenizado	0,00%	0,00
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	0,00
C3	Férias Indenizadas	0,00%	0,00
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	0,00%	0,00
C5	Indenização Adicional	0,00%	0,00
D	REINCIDÊNCIAS	0,00%	0,00
D1	Reincidência de "A" sobre "B"	0,00%	0,00
D2	Reincidência de "A" sobre Aviso Prévio Trabalhado e reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,00%	0,00
K1c	ENCARGOS SOCIAIS	0,00%	0,00
Kc	TAXA DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS E ENCARGOS SOBRE MO3	1,2696	

OBSERVAÇÃO: SOCIETÁRIOS E EQUIVALENTES

1 - DISCRIMINAR OS ENCARGOS SOCIAIS COM SEUS RESPECTIVOS PERCENTUAIS TOTALIZANDO OS MESMOS.

2 - APLICAR O % TOTAL P/ CALCULAR OS E. SOCIAIS INCIDENTES NA MÃO-DE-OBRA **DE SOCIETÁRIOS**

Kc - Taxa de Ressarcimento de Despesas e Encargos sobre a Mão de Obra SOCIETÁRIA (incide apenas no Insumo Código MO3)

$Kc = (1 + K1 + K2) \times (1 + K3) \times (1 + K4)$

- FORMAÇÃO DE PREÇOS POR DEMANDANTE / SECRETARIA -

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos profissionais na área de engenharia civil e elétrica, voltados à fiscalização e monitoramento de obras, incluindo acompanhamento técnico, controle de execução, verificação de conformidade e apoio à gestão de contratos, visando atender às demandas da Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos e da Secretaria de Educação do Município de São Benedito/CE.

2. ESTIMATIVAS DE CONSUMO INDIVIDUALIZADA DOS DEMANDANTES:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1341 - Serviços técnicos profissionais na área de engenharia civil e elétrica para fiscalização e monitoramento de obras de interesse da Secretaria de Educação (especificação própria).	12,00	Mês	R\$ 20.578,27	R\$ 246.939,25
Mínimo 30 horas semanais disponibilizando os seguintes profissionais: • 1 ENGENHEIROS JUNIOR E/OU ARQUITETO URBANISTA.					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
2	5606 - Serviços técnicos profissionais na área de engenharia civil e elétrica para fiscalização e monitoramento de obras de interesse da Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos (especificação própria).	12,00	Mês	R\$ 41.156,54	R\$ 493.878,50
Mínimo 30 horas semanais disponibilizando os seguintes profissionais: • 1 ENGENHEIRO PLENO E/OU ARQUITETO URBANISTA • 1 ENGENHEIRO ELETRICISTA.					

VALOR TOTAL: R\$ 740.817,75 (SETECENTOS E QUARENTA MIL E OITOCENTOS E DEZESSETE REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS).

[Handwritten signature]

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.01.14.03

Processo Administrativo nº. 2026.01.14.03 - Serviços Engenharia

1 - Informações Básicas

Local: São Benedito

Data: 14 de janeiro de 2026

COD. UASG: 981547

Fundamentação Legal:

Lei 14.133/2021 de Decreto 054/2023

2 - Descrição da necessidade da contratação (Art. 18, §1º, I)

A presente contratação decorre da necessidade concreta de assegurar a adequada fiscalização, monitoramento e acompanhamento das obras públicas sob responsabilidade das Secretarias de Infraestrutura e Recursos Hídricos e de Educação do Município de São Benedito/CE, considerando o volume crescente de empreendimentos em execução e planejados, bem como a complexidade técnica inerente às intervenções de engenharia civil e elétrica.

O problema central identificado consiste na limitação da capacidade operacional e técnica da Administração para realizar, de forma contínua, simultânea e especializada, o acompanhamento das obras públicas, o que compromete o controle efetivo da execução contratual, especialmente no que se refere à verificação de conformidade dos serviços, análise de medições, controle de cronogramas físico-financeiros e identificação tempestiva de falhas ou desvios.

Tal cenário eleva significativamente os riscos de execução inadequada dos serviços, atrasos na entrega das obras, pagamentos indevidos, retrabalho, desperdício de recursos públicos e eventual responsabilização administrativa, além de impactar negativamente a qualidade das infraestruturas entregues à população.

Ademais, ressalta-se que a atual empresa contratada para a execução de serviços similares manifestou formalmente a ausência de interesse na continuidade contratual, por razões internas de ordem técnica, operacional e financeira, conforme comunicado encaminhado à Administração. Tal fato reforça a necessidade imediata de realização de novo procedimento licitatório, a fim de evitar a descontinuidade dos serviços de fiscalização e os prejuízos decorrentes da ausência de acompanhamento técnico das obras em andamento.

Nesse contexto, a contratação de empresa especializada mostra-se imprescindível para suprir a lacuna operacional existente, permitindo a atuação de equipe técnica qualificada, com dedicação compatível com a demanda, garantindo maior eficiência no controle da execução das obras, mitigação de riscos, melhoria da qualidade dos serviços e adequada aplicação dos recursos públicos.

Além disso, a solução contribui para a otimização dos recursos humanos internos, permitindo que os servidores municipais concentrem suas atividades em funções estratégicas de planejamento e gestão, enquanto o acompanhamento técnico especializado é realizado por profissionais com expertise específica.

Dessa forma, a contratação pretendida não se caracteriza como mera opção administrativa, mas como medida essencial à continuidade dos serviços públicos, ao fortalecimento da governança das contratações e à garantia da entrega de obras com qualidade, dentro dos prazos e em conformidade com os padrões técnicos exigidos

3 - Área(s) requisitante(s)

Nº do DFD Identificação do Órgão Emissor do DFD

2025.12.03.001 07 - Secretaria Municipal de Educação

Responsável: Lucimara Cavalcante de Aguiar Fernandes Matrícula/Portaria: 276

2026.01.14.002 17 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Recursos Hídricos

Responsável: Stenio Rafael Gomes Damasceno Matrícula/Portaria: 0535334

4 - Demonstração da previsão (ou não) da contratação no PCA (Art. 18, §1º, II)

Nº. no PCA: Grau de Prioridade: Data desejada da Contratação:

JUSTIFICATIVA - ELABORAÇÃO DO PCA - 2026: O Município de São Benedito, seguindo as exigências dos artigos 12, inciso VII, e 18

ETP nº. 2026.01.14.03

Relatório emitido por: GoverLance

Página 1 de 8



Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.01.14.03

Processo Administrativo nº. 2026.01.14.03 - Serviços Engenharia

da Lei nº 14.133/2021, elaborou o Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2026, com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Adicionalmente, os Documentos de Formalização da Demanda (DFDs) nº 197/2025 e 638/2025, foi preparado em conformidade com a legislação vigente, garantindo transparência e eficiência nas contratações públicas

5 - Requisitos da contratação (Art. 18, §1º, III)

A presente contratação refere-se à prestação de serviços técnicos profissionais especializados na área de engenharia civil e elétrica, voltados à fiscalização, monitoramento e acompanhamento de obras públicas, devendo observar requisitos técnicos, operacionais e legais indispensáveis à adequada execução do objeto e ao atendimento do interesse público.

Os serviços possuem natureza continuada, uma vez que envolvem o acompanhamento sistemático e permanente das obras ao longo de toda sua execução, abrangendo atividades recorrentes como fiscalização in loco, verificação de conformidade técnica, análise de medições, controle de cronogramas físico-financeiros e apoio à gestão contratual. A eventual descontinuidade desses serviços comprometeria diretamente a eficiência da Administração e a qualidade das obras públicas.

Quanto aos padrões mínimos de qualidade, a contratada deverá disponibilizar equipe técnica qualificada, composta por profissionais legalmente habilitados e devidamente registrados no conselho profissional competente (CREA ou CAU), com experiência comprovada em atividades compatíveis com o objeto, tais como fiscalização, supervisão ou acompanhamento de obras. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas da ABNT, legislações aplicáveis, projetos aprovados e contratos administrativos, garantindo precisão, rastreabilidade e confiabilidade das informações produzidas.

A execução deverá contemplar, no mínimo: acompanhamento presencial das obras; análise e validação de medições; verificação da qualidade dos serviços executados; controle de prazos; emissão de relatórios técnicos periódicos; registro de ocorrências; e suporte técnico à Administração na tomada de decisões. A contratada deverá manter padrão de atuação uniforme, garantindo consistência metodológica e qualidade técnica dos serviços.

No que se refere à aptidão para a competição, deverão ser exigidos requisitos de qualificação técnica compatíveis e proporcionais ao objeto, limitando-se à comprovação de experiência anterior em serviços similares, vedadas exigências excessivas ou restritivas, em observância ao art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

Não se aplica a utilização de catálogo eletrônico de padronização, considerando que se trata de serviço técnico especializado, exigindo descrição detalhada no Termo de Referência.

Em relação ao regime de execução, admite-se a adoção de diferentes formas de contratação de mão de obra pela futura contratada (celetista, autônoma ou societária), desde que demonstrada sua viabilidade jurídica e operacional, sendo vedada qualquer forma que comprometa a execução regular dos serviços ou configure irregularidade trabalhista.

Quanto aos critérios de sustentabilidade, a contratação deverá observar, no que couber, as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, cabendo à contratada orientar e fiscalizar o cumprimento das normas ambientais nas obras acompanhadas, especialmente quanto à destinação adequada de resíduos, uso racional de recursos naturais e atendimento à legislação ambiental. Deverá, ainda, priorizar o uso de meios digitais para elaboração e envio de relatórios, reduzindo o consumo de papel e promovendo maior eficiência administrativa.

Por fim, os requisitos estabelecidos visam garantir a execução eficiente, segura e contínua dos serviços, assegurando o controle adequado das obras públicas, a mitigação de riscos e o atendimento aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público

6 - Levantamento de Mercado (Art. 18, §1º, V)

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis para a prestação de serviços técnicos de fiscalização, monitoramento e acompanhamento de obras públicas, bem como avaliar práticas adotadas por outros entes da Administração Pública, de forma a subsidiar a escolha da solução mais adequada sob a ótica do melhor custo-benefício.

Constatou-se a existência de ampla oferta de empresas especializadas na área de engenharia consultiva, com atuação em fiscalização, supervisão, gerenciamento e apoio à gestão de contratos de obras, tanto no setor público quanto no privado. Trata-se de mercado consolidado, com metodologias relativamente padronizadas, envolvendo atividades como acompanhamento físico-financeiro, análise de medições, verificação de conformidade com projetos e normas técnicas, emissão de relatórios técnicos e registro sistematizado de ocorrências.

A análise de contratações similares realizadas por outros órgãos evidenciou que a solução mais eficiente e recorrente consiste na contratação de empresa especializada com disponibilização de equipe técnica dedicada, atuando de forma contínua durante a execução das obras. Esse modelo tem se mostrado mais vantajoso por assegurar maior especialização técnica, independência na fiscalização,

ETP nº. 2026.01.14.03

Relatório emitido por: GoverLance

Página 2 de 8



Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.01.14.03

Processo Administrativo nº. 2026.01.14.03 - Serviços Engenharia

padronização de procedimentos e melhor controle dos contratos administrativos.

Foram avaliadas alternativas à contratação pretendida. A execução direta dos serviços pela Administração revelou-se inadequada diante da limitação de quadro técnico especializado e da necessidade de acompanhamento simultâneo de múltiplos empreendimentos. A contratação pontual por demanda também se mostrou ineficiente, uma vez que a fiscalização de obras exige acompanhamento contínuo e sistemático, não compatível com intervenções esporádicas.

Observou-se, ainda, a incorporação, pelo mercado, de ferramentas digitais para apoio à fiscalização, tais como sistemas de registro de medições, emissão de relatórios eletrônicos, acompanhamento remoto e organização de evidências técnicas, o que contribui para maior eficiência, transparência e rastreabilidade das informações. Recomenda-se, portanto, que a solução adotada estimule o uso de meios eletrônicos, sem restringir a competitividade do certame.

Ressalta-se que a necessidade de nova contratação decorre também da impossibilidade de continuidade do contrato vigente, em razão de manifestação formal da atual contratada quanto ao desinteresse na manutenção do ajuste, o que impõe à Administração a adoção de providências para assegurar a continuidade dos serviços sem prejuízo ao interesse público.

Considerando a natureza do objeto, não se aplica a análise entre aquisição e locação prevista no art. 44 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de prestação de serviços técnicos especializados.

Conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação contínua dos serviços de fiscalização e monitoramento de obras é a alternativa mais adequada, eficiente e alinhada às necessidades da Administração, garantindo melhor controle da execução das obras e adequada aplicação dos recursos públicos

7 - Descrição da solução como um todo (Art. 18, §1º, VII)

A solução adotada consiste na Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia civil e elétrica, destinados à fiscalização, monitoramento e acompanhamento de obras públicas municipais, com atuação contínua e integrada junto às Secretarias de Infraestrutura e Recursos Hídricos e de Educação do Município de São Benedito/CE.

A solução abrange, de forma indissociável, os seguintes elementos: (i) disponibilização de equipe técnica qualificada e habilitada (CREA/CAU), com experiência comprovada em fiscalização/supervisão de obras; (ii) execução de atividades de campo (vistorias periódicas e extraordinárias), com verificação de conformidade dos serviços com projetos, memoriais, normas técnicas (ABNT) e legislações aplicáveis; (iii) conferência e validação de medições, com análise de quantitativos e de qualidade dos serviços executados; (iv) acompanhamento de cronogramas físico-financeiros, com identificação de desvios e proposição de medidas corretivas; (v) emissão de relatórios técnicos padronizados, com registros fotográficos e evidências; (vi) controle e registro de ocorrências, não conformidades e recomendações técnicas; e (vii) apoio técnico à gestão contratual, inclusive em respostas a diligências, reequilíbrios, aditivos e tomada de decisão.

A modelagem prevê a atuação coordenada da equipe, com padronização metodológica (modelos de relatórios, checklists, fluxos de validação e indicadores), garantindo uniformidade de critérios, rastreabilidade das informações e confiabilidade dos registros. Sempre que possível, deverá ser utilizado suporte digital (sistemas/planilhas eletrônicas, armazenamento em nuvem e registros eletrônicos), sem restrição indevida à competitividade, visando maior eficiência, transparência e integridade dos dados.

A escolha dessa solução decorre da análise de alternativas: (a) execução direta pela Administração — inviável pela limitação de quadro técnico e pela necessidade de acompanhamento simultâneo de múltiplas obras; (b) contratação pontual por demanda — inadequada por não assegurar acompanhamento contínuo; e (c) contratação de empresa especializada com equipe dedicada — alternativa que se mostrou tecnicamente superior e economicamente mais vantajosa, por proporcionar especialização, independência na fiscalização, padronização de procedimentos e melhor controle dos contratos.

A solução também responde à necessidade de continuidade do serviço, diante da impossibilidade de manutenção do contrato anteriormente vigente, assegurando que não haja desassistência técnica nas obras em andamento.

Quanto às exigências de qualificação técnica, estas foram definidas de forma específica e proporcional, limitando-se à comprovação de experiência em serviços compatíveis (fiscalização/supervisão/acompanhamento de obras) e à disponibilização de profissionais habilitados, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e entendimento do TCU, evitando restrições indevidas à competição.

No que tange ao regime de execução, admite-se a formação de preços considerando diferentes regimes de contratação de mão de obra (celetista, autônoma ou societária), desde que demonstrada a viabilidade jurídica e operacional e observados os mecanismos de controle de equilíbrio e de vedação ao "jogo de planilha" previstos no edital. Tal opção amplia a competitividade, sem prejuízo da segurança jurídica e da adequada execução.

Não se prevê execução simultânea por múltiplos contratados para o mesmo objeto, optando-se pela contratação de único prestador, de modo a preservar a economia de escala, a padronização de procedimentos e a eficiência na gestão e fiscalização, além de facilitar a

ETP nº. 2026.01.14.03

Relatório emitido por: GoverLance

Página 3 de 8

J.º M. L. L.

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.01.14.03

Processo Administrativo nº. 2026.01.14.03 - Serviços Engenharia

responsabilização e o controle.

A solução incorpora, ainda, diretrizes de sustentabilidade, especialmente pela atuação fiscalizatória quanto ao cumprimento das normas ambientais nas obras (gestão de resíduos, uso racional de recursos, atendimento ao licenciamento), bem como pela priorização de meios digitais para redução do consumo de papel.

Dessa forma, a solução proposta é tecnicamente adequada, economicamente viável e capaz de produzir os resultados pretendidos, assegurando a qualidade das obras, a conformidade contratual, a eficiência na aplicação dos recursos públicos e a mitigação de riscos operacionais, financeiros e jurídicos.

JUSTIFICATIVA DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADE PARA CONTRATAÇÃO

A estimativa das quantidades necessárias à presente contratação foi definida a partir de análise técnica do portfólio de obras públicas sob responsabilidade das Secretarias de Infraestrutura e Recursos Hídricos e de Educação do Município de São Benedito/CE, considerando os empreendimentos em execução, os projetos em fase de contratação e as intervenções previstas para o período de vigência contratual.

A metodologia adotada partiu do dimensionamento da carga de trabalho de fiscalização, considerando: (i) número de contratos de obras ativos e previstos; (ii) complexidade técnica das intervenções (edificações, infraestrutura urbana e serviços com componentes civis e elétricos); (iii) necessidade de visitas técnicas periódicas e extraordinárias; (iv) análise de medições e de cronogramas físico-financeiros; e (v) elaboração de relatórios técnicos e registros de evidências.

Com base nesses parâmetros, estimou-se a necessidade de equipe técnica com dedicação compatível para atendimento simultâneo das frentes de obra, garantindo cobertura adequada das atividades de fiscalização e evitando lacunas no acompanhamento. O dimensionamento buscou equilíbrio entre a suficiência operacional (evitando subdimensionamento, que comprometeria a qualidade e a tempestividade da fiscalização) e a economicidade (evitando superdimensionamento e custos desnecessários).

Foram ainda considerados fatores de ajuste, tais como: dispersão geográfica das obras no território municipal, sobreposição de cronogramas, necessidade de atuação integrada entre engenharia civil e elétrica, e sazonalidade de execuções. Tais elementos impactam diretamente a frequência de vistorias, o tempo de análise de medições e a produção de relatórios.

Adicionalmente, a estimativa contempla a continuidade dos serviços atualmente prestados, em razão da necessidade de substituição do contrato vigente, evitando descontinuidade da fiscalização e riscos associados à ausência de acompanhamento técnico das obras em andamento.

A definição das quantidades também foi balizada por referências de contratações similares em outros entes públicos e por boas práticas de dimensionamento de equipes de fiscalização, ajustadas à realidade local, o que confere maior aderência e confiabilidade à estimativa.

Por fim, ressalta-se que as quantidades representam a melhor aproximação da necessidade administrativa no momento do planejamento, podendo sofrer ajustes durante a execução contratual, nos termos da legislação aplicável, caso haja variações no número de obras, no escopo dos empreendimentos ou nos cronogramas de execução, sempre observados os limites legais e o interesse público

8 - Estimativa das Quantidades da Contratação (Art. 18, §1º, IV)

Seq. Item	Quantidade	Unidade de Fornecimento
00001	12,00	Mês

Descrição Detalhada: 5606 - Serviços técnicos profissionais na área de engenharia civil e elétrica para fiscalização e monitoramento de obras de interesse da secretaria de infraestrutura e recursos hídricos; (especificação própria).

00002	12,00	Mês
-------	-------	-----

Descrição Detalhada: 1341 - Serviços técnicos profissionais na área de engenharia civil e elétrica para fiscalização e monitoramento de obras de interesse da secretaria de educação (especificação própria).

9 - Estimativa do valor da contratação (Art. 18, §1º, VI)

O setor competente procedeu à estimativa do valor da contratação com base em metodologia devidamente fundamentada, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 54/2023, considerando a natureza do objeto, os custos diretos e indiretos envolvidos, bem como os parâmetros técnicos e econômicos necessários à adequada execução dos serviços.

ETP nº. 2026.01.14.03

Relatório emitido por: GoverLance

Página 4 de 8



Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.01.14.03

Processo Administrativo nº. 2026.01.14.03 - Serviços Engenharia

Para a formação do valor estimado, foi elaborada planilha de custos detalhada, contemplando a composição da mão de obra necessária à execução dos serviços, com base em referências normativas aplicáveis, incluindo a Lei nº 4.950-A/66, bem como dados atualizados de encargos sociais, tributos e despesas indiretas.

No que se refere aos encargos sociais, foram observados percentuais técnicos compatíveis com a legislação vigente, destacando-se, no caso de mão de obra celetista, a incidência aproximada de 71,31% sobre os custos, conforme detalhamento constante na planilha de composição, incluindo encargos básicos, encargos com incidência de "A", encargos sem incidência e reincidências. Para os regimes alternativos, foram considerados percentuais reduzidos, conforme aplicabilidade, refletindo as particularidades de cada forma de contratação e garantindo maior flexibilidade na formação das propostas pelos licitantes.

Além disso, foram incorporadas taxas de ressarcimento de despesas e encargos (Ka, Kb e Kc), calculadas com base em metodologia técnica específica, visando refletir com maior precisão os custos efetivos da prestação dos serviços, incluindo despesas administrativas e operacionais necessárias à execução contratual. Tal abordagem permite que a Administração obtenha uma estimativa mais realista e compatível com as práticas de mercado, reduzindo o risco de sobrepreço ou inexecução das propostas.

Ressalta-se que a estimativa do valor da contratação foi construída a partir de dados técnicos consistentes e critérios objetivos, assegurando transparência, rastreabilidade e aderência às boas práticas de planejamento das contratações públicas. Ademais, considerando a estratégia adotada pela Administração de privilegiar a competitividade e a ampla participação de licitantes, optou-se por não atribuir caráter sigiloso ao orçamento estimado, permitindo que os interessados tenham pleno conhecimento dos parâmetros utilizados, o que contribui para a elaboração de propostas mais consistentes e alinhadas à realidade da contratação.

Por fim, destaca-se que a estimativa ora apresentada constitui referência para fins de julgamento das propostas, não vinculando a Administração à contratação pelo valor estimado, devendo prevalecer a proposta mais vantajosa, observados os critérios de exequibilidade, economicidade e conformidade com o objeto lícito

10 - Justificativa para o (não) parcelamento da solução (Art. 18, §1º, VIII)

A presente contratação será realizada sem parcelamento da solução, considerando a natureza do objeto e as características operacionais dos serviços a serem prestados, em conformidade com o disposto no art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que admite a não divisão do objeto quando tecnicamente justificada e vantajosa para a Administração.

O objeto da contratação consiste na prestação de serviços técnicos especializados de engenharia civil e elétrica voltados à fiscalização, monitoramento e acompanhamento de obras públicas, atividades que exigem atuação integrada, contínua e coordenada. A eventual divisão do objeto em múltiplos contratos ou itens distintos poderia comprometer a uniformidade dos procedimentos técnicos, a padronização dos relatórios e a consistência das análises realizadas, dificultando o controle e a gestão das informações pela Administração.

A fiscalização de obras públicas demanda visão sistêmica e acompanhamento global dos empreendimentos, sendo essencial que a equipe técnica responsável atue de forma unificada, garantindo coerência na interpretação dos projetos, nas medições, na verificação de conformidade e na tomada de decisões técnicas. A fragmentação da contratação poderia resultar em divergências metodológicas, sobreposição de atividades, lacunas na fiscalização e dificuldades na definição de responsabilidades, o que aumentaria o risco de falhas no controle da execução contratual.

Além disso, a contratação de um único prestador favorece a economia de escala, permitindo a otimização dos custos administrativos e operacionais, tanto para a Administração quanto para a contratada. A gestão de múltiplos contratos implicaria aumento da complexidade administrativa, maior necessidade de fiscalização contratual, multiplicação de interfaces de comunicação e maior risco de inconsistências na execução dos serviços, o que poderia impactar negativamente a eficiência da contratação.

Outro aspecto relevante diz respeito à responsabilidade técnica e à rastreabilidade das atividades. A centralização dos serviços em um único contratado permite maior clareza na atribuição de responsabilidades, facilitando a identificação de eventuais falhas e a adoção de medidas corretivas, além de assegurar maior confiabilidade nas informações produzidas no âmbito da fiscalização das obras.

Ademais, considerando que os serviços serão prestados de forma contínua e com dedicação de equipe técnica, a divisão do objeto poderia inviabilizar a adequada alocação de profissionais, fragmentando a equipe e reduzindo a eficiência da atuação técnica, especialmente em um cenário de múltiplas obras distribuídas geograficamente e com diferentes níveis de complexidade.

Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento da solução se mostra técnica e economicamente mais vantajoso para a Administração, garantindo maior eficiência, padronização, controle e qualidade na execução dos serviços, além de reduzir riscos operacionais e administrativos, assegurando o atendimento pleno ao interesse público

11 - Contratações correlatas e/ou interdependentes (Art. 18, §1º, XI)

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.01.14.03

Processo Administrativo nº. 2026.01.14.03 - Serviços Engenharia

A presente contratação está diretamente correlacionada aos contratos de execução de obras públicas de engenharia (construção, reforma, ampliação e manutenção) conduzidos pelas Secretarias de Infraestrutura e Recursos Hídricos e de Educação do Município de São Benedito/CE, os quais constituem o objeto material a ser fiscalizado, monitorado e acompanhado.

Tais contratos de obras configuram contratações correlatas, na medida em que a efetividade de sua execução depende do adequado exercício das atividades de fiscalização técnica ora pretendidas, incluindo verificação de conformidade com projetos e normas, análise de medições, acompanhamento de cronogramas físico-financeiros e registro de ocorrências. A relação é, portanto, de complementaridade funcional, em que a presente contratação atua como instrumento de governança, controle e apoio à gestão contratual.

Não se identificam contratações interdependentes em sentido estrito (condição necessária para viabilização desta contratação). Os serviços ora pretendidos são autônomos e adaptáveis ao portfólio de obras em execução e às futuras demandas do Município, podendo ser aplicados independentemente de ajustes contratuais específicos.

Registra-se a existência de contratação anterior com objeto similar, cuja continuidade foi formalmente recusada pela empresa então contratada, inexistindo sobreposição de escopo, mas sim necessidade de substituição contratual para garantir a continuidade dos serviços e evitar desassistência técnica nas obras em andamento.

A articulação entre esta contratação e os contratos de obras correlatos permitirá padronização de procedimentos, integração de informações, melhor rastreabilidade das medições e maior eficiência na tomada de decisões, além de prevenir sobreposição de atividades e lacunas de fiscalização

12 - Resultados pretendidos (Art. 18, §1º, IX)

A presente contratação tem como finalidade alcançar resultados que contribuam diretamente para o aprimoramento da gestão de obras públicas no âmbito do Município de São Benedito/CE, especialmente no que se refere ao aumento da eficiência, eficácia e economicidade na execução dos contratos administrativos vinculados às Secretarias de Infraestrutura e Recursos Hídricos e de Educação.

Como resultado direto, espera-se a implementação de um modelo de fiscalização técnica contínua, estruturada e qualificada, capaz de assegurar que as obras públicas sejam executadas em conformidade com os projetos, especificações técnicas, normas vigentes e cláusulas contratuais, reduzindo significativamente a ocorrência de falhas construtivas, retrabalho, atrasos e medições indevidas. Tal controle técnico mais rigoroso tende a promover maior qualidade nas obras entregues à população, com reflexos positivos na durabilidade, segurança e funcionalidade das estruturas.

No aspecto da economicidade, a atuação preventiva e sistemática da fiscalização permitirá a identificação precoce de inconsistências e desvios, evitando desperdícios de recursos públicos, pagamentos indevidos e a necessidade de correções posteriores mais onerosas. Espera-se, assim, maior racionalidade na aplicação dos recursos financeiros, com redução de custos indiretos associados a falhas de execução e melhor aproveitamento dos investimentos realizados pelo Município.

Sob a ótica da eficiência administrativa, a contratação contribuirá para a otimização do uso dos recursos humanos internos, permitindo que os servidores municipais concentrem sua atuação em atividades estratégicas, de planejamento e gestão, enquanto as atividades operacionais de acompanhamento técnico especializado são desempenhadas por equipe dedicada e qualificada. Isso resulta em maior produtividade institucional e melhor organização das rotinas administrativas relacionadas à gestão de obras.

No que se refere à eficácia, a contratação possibilitará maior controle sobre o cumprimento dos cronogramas físico-financeiros, contribuindo para a entrega das obras dentro dos prazos estabelecidos e com os padrões de qualidade esperados, impactando positivamente a prestação de serviços públicos à sociedade, especialmente nas áreas de infraestrutura urbana e educação.

Como resultado indireto, espera-se o fortalecimento da governança das contratações públicas, com incremento da transparência, rastreabilidade e confiabilidade das informações produzidas no âmbito da fiscalização das obras, facilitando a atuação dos órgãos de controle interno e externo e reduzindo riscos de irregularidades e responsabilizações administrativas.

No campo da sustentabilidade, ainda que os serviços contratados possuam natureza predominantemente técnica e intelectual, a atuação da fiscalização contribuirá para a observância de boas práticas ambientais nas obras, especialmente quanto à destinação adequada de resíduos da construção civil, ao cumprimento das normas ambientais e ao uso racional de recursos, gerando impactos ambientais positivos indiretos.

Por fim, espera-se que a solução adotada proporcione maior segurança técnica, administrativa e jurídica na condução das obras públicas, assegurando a entrega de empreendimentos com qualidade, dentro dos prazos e custos previstos, contribuindo diretamente para o desenvolvimento urbano do Município e para a melhoria da qualidade de vida da população

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.01.14.03

Processo Administrativo nº. 2026.01.14.03 - Serviços Engenharia

13 - Providências a serem tomadas previamente ao contrato (Art. 18, §1º, X)

Para a efetiva realização do objeto proposto, serão adotadas providências administrativas e legais que assegurem a regularidade, a transparência e a economicidade do processo de contratação, em conformidade com os dispositivos da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos pertinentes. Inicialmente, a área demandante, por meio deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), apresenta a justificativa da necessidade da contratação, acompanhada da descrição da solução, dos requisitos, do levantamento de mercado, da indicação dos resultados pretendidos e das contratações correlatas ou interdependentes, elementos que fundamentarão a elaboração do Termo de Referência, documento essencial para a modelagem da licitação.

Em seguida, será providenciada a abertura formal do processo administrativo de contratação, com a instrução de todas as peças obrigatórias, incluindo a aprovação do ETP pela autoridade competente, a juntada da formação dos preços e a análise jurídica, a fim de garantir que o certame seja conduzido de forma legal e eficiente. A modalidade a ser utilizada será a concorrência eletrônica, considerando a natureza técnica do objeto e a vantajosidade do modelo competitivo.

O agente de contratação/comissão de contratação do município ficará responsável por conduzir o processo licitatório, com apoio dos setores técnico e jurídico, assegurando a observância dos princípios da impessoalidade, ampla concorrência e seleção da proposta mais vantajosa. Concluído o certame e firmado os contratos, caberá às Secretarias Contratantes emitir as ordens de serviço e acompanhar a execução contratual por meio do fiscal e gestor designados, garantindo o cumprimento das cláusulas contratuais, o atingimento dos resultados esperados e a avaliação contínua do desempenho da contratada.

Por fim, ao término do contrato, será realizada avaliação final da execução, com base nos resultados obtidos, nos indicadores de desempenho e na efetividade das ações desenvolvidas, a fim de subsidiar prorrogação contratual, futuras contratações e garantir a adequada prestação de contas à sociedade e aos órgãos de controle. Essas providências, articuladas e documentadas, asseguram que a contratação ocorra dentro dos parâmetros legais, com foco em eficiência, qualidade e interesse público

14 - Impactos ambientais e tratamentos (Art. 18, §1º, XII)

A presente contratação possui natureza predominantemente técnica e intelectual, voltada à prestação de serviços de fiscalização e monitoramento de obras públicas, não envolvendo, de forma direta, a execução de atividades construtivas ou o fornecimento de materiais, razão pela qual os impactos ambientais decorrentes da contratação são considerados, em regra, indiretos e de baixa magnitude. Ainda assim, é necessário identificar e tratar os possíveis impactos associados à execução dos serviços, em consonância com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental.

Dentre os impactos ambientais potenciais, destacam-se aqueles relacionados ao deslocamento da equipe técnica para realização de visitas in loco nas obras, que pode gerar consumo de combustíveis fósseis e emissão de gases de efeito estufa. Como medida mitigadora, deverá ser incentivada a otimização de rotas, o planejamento eficiente das visitas técnicas e, sempre que possível, a realização de atividades de acompanhamento remoto por meio de ferramentas digitais, reduzindo a necessidade de deslocamentos frequentes.

Outro impacto indireto refere-se ao consumo de recursos materiais, especialmente papel e insumos de escritório, decorrente da elaboração de relatórios técnicos, registros e comunicações administrativas. Para mitigar esse impacto, deverá ser priorizada a utilização de meios eletrônicos para produção, armazenamento e compartilhamento de documentos, promovendo a digitalização dos processos e a redução do uso de papel.

Adicionalmente, embora a contratada não seja responsável pela execução das obras, sua atuação na fiscalização possui papel relevante na mitigação de impactos ambientais associados aos empreendimentos fiscalizados. Nesse sentido, a contratada deverá orientar e verificar o cumprimento, pelas empresas executoras das obras, das normas ambientais vigentes, incluindo a adequada gestão e destinação de resíduos da construção civil, o controle de poluição sonora e atmosférica, a prevenção de desperdício de materiais e o uso racional de recursos naturais, como água e energia.

A atuação fiscalizatória também deverá observar e promover o cumprimento das exigências de licenciamento ambiental, quando aplicáveis, bem como das normas de segurança e saúde no trabalho, contribuindo para a redução de riscos ambientais e ocupacionais durante a execução das obras.

Considerando a natureza do objeto, não se identificam impactos ambientais significativos diretos decorrentes da contratação, sendo os principais efeitos relacionados à atuação indireta da contratada na promoção de boas práticas ambientais nas obras públicas. Dessa forma, conclui-se que, mediante a adoção das medidas mitigadoras propostas, os impactos ambientais associados à contratação são plenamente controláveis e compatíveis com os princípios do desenvolvimento sustentável, contribuindo, inclusive, para a melhoria da gestão ambiental no âmbito das obras públicas municipais

15 - Viabilidade (ou não) da contratação (Art. 18, §1º, XIII)

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.01.14.03

Processo Administrativo nº. 2026.01.14.03 - Serviços Engenharia

Com base nos elementos anteriores do presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) realizados por esta Equipe de Planejamento, DECLARAMOS que a contratação proposta pela unidade requisitante tem viabilidade técnica e econômica

16 - RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Portaria da Equipe nº: 079/2025 - ADM.

Descrição: Equipe de Planejamento - Estudo Técnico Preliminar



Nome: Audisnei Alcântara de Moraes

Descrição do Agente: Agente de Planejamento

Matrícula: 079/2025



Nome: Francisca Angelica Fonteles Araújo

Descrição do Agente: Agente de Planejamento

Matrícula: 080/2025



Nome: Francisco Hélder Rodrigues Araújo

Engenheiro Civil

CREA 377213CE



Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.01.14.03 - Serviços

1 - Informações Básicas

Local: São Benedito

Data: 14 de janeiro de 2026.

COD. UASG: 981547

Fundamentação Legal:

Lei 14.133/2021 de Decreto 054/2023

2 - Objeto do Mapa de Riscos

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia civil e elétrica, destinados à fiscalização, monitoramento e acompanhamento de obras públicas municipais, com atuação contínua e integrada junto às Secretarias de Infraestrutura e Recursos Hídricos e de Educação do Município de São Benedito/CE

3 - Riscos Identificados

R-01 - Descrição do Risco:

R1. FRAGILIDADE NA DEFINIÇÃO DO OBJETO E DOS REQUISITOS TÉCNICOS

I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
1	X	4	Planejamento	Administração

I.1 - Impactos

Impugnações ao edital, atraso no certame e contratação inadequada

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa Descrição

C-01 - I Definições imprecisas no ETP ou TR

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
AP-01	Equipe de Planejamento	Revisão técnica detalhada do ETP e TR
AC-01	Autoridade Competente	Retificação e republicação do edital

R-02 - Descrição do Risco:

R2. LICITAÇÃO DESERTA OU FRACASSADA

I - Características do Risco

Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.01.14.03 - Serviços

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
2	X	5	Seleção do Fornecedor	Administração

I.1 - Impactos

Atraso na contratação e descontinuidade da fiscalização

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa Descrição

C-01 - I Valor estimado incompatível ou exigências excessivas

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
AP-01	Equipe de Planejamento	Pesquisa e formação de preços adequada
AP-02	Equipe de Planejamento	Definição de exigências proporcionais
AC-01	Autoridade Competente	Revisão e republicação

R-03 - Descrição do Risco:

R3. DESCONTINUIDADE DOS SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO

I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
2	X	5	Planejamento	Administração

I.1 - Impactos

Ausência de fiscalização e risco ao erário

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa Descrição

C-01 - I Encerramento do contrato anterior e atraso na nova contratação

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
AP-01	Autoridade Competente	Planejamento antecipado da contratação
AC-01	Autoridade Competente	Contratação emergencial / priorização do certame

R-04 - Descrição do Risco:

R4. INEXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS (JOGO DE PLANILHA)

I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
2	X	5	Seleção do Fornecedor	Administração

ETP nº. 2026.01.14.03

Relatório emitido por: GoverLance

Página 2 de 6

F. Helder

Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.01.14.03 - Serviços

I.1 - Impactos

Execução inadequada e abandono contratual

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa Descrição

C-01 - E Subcotação de custos e distorção na planilha

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação Setor Responsável Descrição da Ação

AP-01 Pregoeiro/Agente de Contrata: Análise rigorosa da planilha de custos
AP-02 Equipe de Planejamento Definição de custos mínimos
AC-01 Pregoeiro/Agente de Contrata: Desclassificação da proposta

R-05 - Descrição do Risco:

R5. INSUFICIÊNCIA OU INADEQUAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
1	X	4	Gestão de Contrato	Contratada

I.1 - Impactos

Falhas na fiscalização e baixa qualidade

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa Descrição

C-01 - E Equipe insuficiente ou sem qualificação

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação Setor Responsável Descrição da Ação

AP-01 Autoridade Competente Exigir qualificação técnica adequada
AC-01 Fiscal de Contrato Exigir substituição de profissionais

R-06 - Descrição do Risco:

R6. FALHAS NA FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS

I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
2	X	5	Gestão de Contrato	Administração

I.1 - Impactos

Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.01.14.03 - Serviços

Pagamentos indevidos e prejuízo ao erário

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa Descrição

C-01 - I Ausência de controle sistemático e metodologia inadequada

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
AP-01	Fiscal de Contrato	Padronização de relatórios e checklists
AC-01	Gestor do Contrato	Auditoria e reanálise das medições

R-07 - Descrição do Risco:

R7. ATRASOS NA EXECUÇÃO DAS OBRAS

I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para	
2	X	4	Alto	Gestão de Contrato	Administração

I.1 - Impactos

Atraso na entrega de obras públicas

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa Descrição

C-01 - E Falhas na execução das obras

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
AP-01	Fiscal de Contrato	Monitoramento contínuo do cronograma
AC-01	Gestor do Contrato	Notificação e reprogramação

R-08 - Descrição do Risco:

R8. FALÊNCIA OU INCAPACIDADE ECONÔMICA DA CONTRATADA

I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
1	X	5	Gestão de Contrato	Contratada

I.1 - Impactos

Interrupção dos serviços

Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.01.14.03 - Serviços

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa	Descrição
-----------	-----------

C-01 - E	Fragilidade econômico-financeira
----------	----------------------------------

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Sector Responsável	Descrição da Ação
----------	--------------------	-------------------

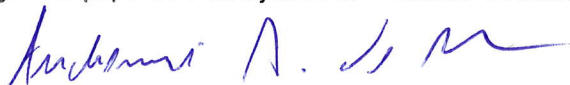
AP-01	Autoridade Competente	Exigir qualificação econômico-financeira
-------	-----------------------	------------------------------------------

AC-01	Autoridade Competente	Rescisão e convocação do segundo colocado
-------	-----------------------	-------------------------------------------

4 - Equipe responsável pela elaboração

Portaria da Equipe nº: 079/2025 - ADM.

Descrição: Equipe de Planejamento - Estudo Técnico Preliminar



Nome: Audisnei Alcântara de Moraes

Descrição do Agente: Agente de Planejamento

Matrícula: 079/2025



Nome: Francisca Angelica Fonteles Araújo

Descrição do Agente: Agente de Planejamento

Matrícula: 080/2025



Nome: Francisco Hélder Rodrigues Araújo

Engenheiro Civil

CREA 377213CE

Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.01.14.03 - Serviços

5 - Diagrama de cálculo de riscos (5 colunas) - "Mapa de Calor" (Anexo - I)

Legenda Nível de Risco		Probabilidade				
Impacto	Extremo	1	2	3	4	5
	Alto	Muito Baixa	Baixa	Média	Alta	Muito Alta
	Médio					
	Baixo					
		5	10	15	20	25
	Muito Alto	5	10	15	20	25
	4	4	8	12	16	20
	Alto	4	8	12	16	20
	3	3	6	9	12	15
	Médio	3	6	9	12	15
	2	2	4	6	8	10
	Baixo	2	4	6	8	10
	1	1	2	3	4	5
	Muito Baixo	1	2	3	4	5

Obs.: O "mapa de calor" em gestão de riscos é uma ferramenta que apresenta o resultado visual da matriz de eventos de riscos em função da relação combinada da probabilidade e do impacto de cada evento. Assim, a multiplicação dos indicadores que aferem a probabilidade por aqueles que medem o impacto de um evento de risco resultam na aferição da severidade de um determinado risco (baixo, médio ou alto, por exemplo).



MINUTA DO CONTRATO

CONCORRÊNCIA - ELETRÔNICA

Lei 14.133/2021, Art. 28, II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA - LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO - SECRETARIA DE _____
CONCORRÊNCIA Nº XXXXXX
(PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2026.02.03.04)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO, POR INTERMÉDIO DO(A) SECRETARIA DE _____ E _____

O Município de São Benedito/CE por intermédio do(a) SECRETARIA DE _____, com sede no(a) Rua Paulo Marques, 378, Centro, CEP: 62.370-000, São Benedito /Estado do Ceará, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 07.778.129/0001-74, neste ato representado(a) pelo(a) Secretário(a) de _____, Sr(a). _____, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, em _____, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 2026.02.03.04 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da CONCORRÊNCIA Nº XXXXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia civil e elétrica, destinados à fiscalização, monitoramento e acompanhamento de obras públicas municipais, com atuação contínua e integrada junto à Secretaria de _____ do Município de São Benedito/CE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital da licitação e seus anexos.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

VALOR TOTAL

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência / Projeto Básico;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista ser um serviço contínuo. No caso de prorrogação do prazo de vigência da contratação, atendidas as condições previstas nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, as quantidades contratadas serão renovadas para o novo período de vigência. Neste sentido, se a contratada está cumprindo com suas obrigações e o preço contratado se mantém vantajoso, a prorrogação do prazo de vigência da contratação com a renovação das quantidades, pode acarretar benefícios significativos à Administração, dentre eles, citamos: Economia processual, tendo em vista a desnecessidade de abrir novo processo administrativo de contratação; Redução potencial dos preços unitários, diante dos efeitos da economia de escala; Mitigação do risco de licitar novamente e contratar uma empresa que não cumpra as obrigações, gerando prejuízos à Administração.



3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO (art. 92, IV)

3.1. O regime de execução a ser adotado é o de execução indireta - empreitada por preço unitário.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

4.1. A contratada deverá disponibilizar equipe técnica com dedicação compatível com a execução dos serviços, observando a carga horária mínima e a composição profissional estabelecida no Termo de Referência.

4.2. A contratada será integralmente responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, não havendo qualquer vínculo empregatício entre os profissionais alocados e a Administração.

4.3. A contratada deverá manter a regularidade das obrigações trabalhistas, inclusive mediante apresentação periódica de comprovações, quando solicitado pela fiscalização.

4.4. A substituição de profissionais somente poderá ocorrer mediante justificativa formal e aprovação da Administração, devendo ser mantido o nível de qualificação técnica exigido.

5. CLÁUSULA QUINTA - MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL (art. 92, XVIII)

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias, mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

5.6. O fiscal de contrato é servidor designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços e execução do objeto do contrato, conforme atribuições especificadas nos Arts. 156 e 157 do Decreto Municipal nº 54/2023.

5.7. As atividades de fiscalização administrativa e técnica do contrato serão realizadas pelos servidores indicados no Projeto Básico anexo do Edital.

Gestor do Contrato

5.8. O gestor do contrato é o gerente funcional, designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, conforme atribuições especificadas no Art. 155 do Decreto Municipal nº 54/2023.

5.9. As atividades de gestão do contrato serão realizadas pelo servidor indicado no Projeto Básico anexo do Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da necessidade de controle direto da execução dos serviços, padronização metodológica e responsabilidade técnica integral da contratada, conforme previsto no Termo de Referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - PREÇO (art. 92, V)

7.1. O valor mensal da contratação é de R\$ _____ (_____), perfazendo o valor total de R\$ _____ (_____).

7.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente realizados.

8. CLÁUSULA OITAVA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

8.1. Os critérios de medição e pagamento encontram-se pormenorizados no Termo de Referência, parte integrante deste contrato.

9. CLÁUSULA NONA - REPACTUAÇÃO

9.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

9.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

9.2.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;



9.2.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

9.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

9.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

9.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

9.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

9.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

9.7. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

9.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

9.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

9.8.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

9.8.3. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

9.8.4. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

9.8.5. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais.

9.8.6. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

9.9. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) calculado pelo IBGE, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I ? I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

9.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

9.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

9.12. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituído, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

9.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

9.15. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

9.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

9.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.



- 9.18. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
- 9.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 9.20. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 9.21. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 10 (dez) dias úteis, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.
- 9.22. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 9.23. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 9.24. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.25. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, se for o caso, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 10.1. São obrigações do Contratante:
- 10.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 10.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 10.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 10.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na execução dos serviços, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 10.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 10.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Projeto Básico;
- 10.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 10.10. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 10.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 10.11.1. A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 10.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- 10.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 10.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 10.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 10.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 10.17. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 11.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.
- 11.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 11.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 11.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à



Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

11.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

11.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

11.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

11.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.20. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

11.21. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

11.22. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos profissionais alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

11.23. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante;

11.24. Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.25. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

11.26. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações;

11.27. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

11.27.1. O gerenciamento dos resíduos originários das obras e serviços de engenharia deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

11.27.2. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a empresa executante da obra fiscalizada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

11.28. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

11.28.1. A contratada deverá orientar e fiscalizar o cumprimento das obrigações ambientais pelas empresas executoras das obras, não sendo responsável direta pela execução dos serviços de engenharia.

11.28.2. Conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT,



nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

11.29. Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA-CE (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Ceará) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), na forma da Lei, e apresentar o comprovante de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e/ou RTT (Registro de Responsabilidade Técnica) correspondente, sob pena de retardar o processo de pagamento;

11.30. Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor;

11.31. A contratada deverá assegurar a continuidade da execução, inclusive em casos de substituição de profissionais, vedadas interrupções injustificadas.

11.32. A empresa contratada prestadora de serviços no Município de São Benedito/CE, que porventura tenha mais de 10 empregados, fica obrigada a aderir ao programa de enfrentamento a pobreza, a superação das desigualdades sociais e a inclusão das pessoas em situação vulneráveis no mercado de trabalho, destinando no mínimo 10% (dez por cento) de suas vagas de emprego à população de baixa renda e que estejam em situação vulnerável, em obediência a Lei Municipal nº 1.277/2021 de 14 de maio de 2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

12.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

12.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

12.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

12.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

12.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

12.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

12.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

12.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

12.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

12.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

12.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º,



da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

a) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

i) O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 13.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 13.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.

d) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 13.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

e) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 13.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.

f) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 13.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

15.1. A aferição da execução dos serviços será realizada com base em Instrumento de Medição de Resultados (IMR), que estabelecerá indicadores de desempenho, critérios objetivos de avaliação, níveis mínimos aceitáveis de qualidade e eventuais glosas em caso de descumprimento.

15.2. O IMR será aplicado pela fiscalização contratual.

15.3. O resultado da avaliação do IMR poderá impactar os valores a serem pagos, mediante aplicação de glosas proporcionais ao desempenho apurado.



16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 16.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 16.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 16.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 16.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 16.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 16.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 16.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 16.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - Indenizações e multas.
- 16.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

- 17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

* _____.

- 17.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA INTEGRIDADE E CONFLITO DE INTERESSES

- 18.1. A contratada deverá atuar com independência técnica, sendo vedada qualquer atuação que configure conflito de interesses com empresas executoras de obras fiscalizadas.
- 18.2. É proibido o recebimento de vantagens indevidas, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 18.3. A contratada deverá comunicar imediatamente à Administração qualquer tentativa de interferência indevida por parte de empresas executoras ou terceiros.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

- 19.1. A contratada deverá indicar responsável(is) técnico(s) devidamente habilitado(s) junto ao CREA/CAU, respondendo tecnicamente pelos serviços executados.
- 19.2. Os serviços deverão ser acompanhados de ART/RRT quando aplicável.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

- 20.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ALTERAÇÕES

- 21.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 21.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 21.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 21.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO

22.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - FORO (art. 92, §1º)

23.1. Fica eleito o Foro Comarca de São Benedito, Estado do Ceará para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

São Benedito/CE, [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-